



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000064872

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1003310-25.2022.8.26.0002/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante BANCO C6 CONSIGNADO S/A, é embargado HERNANDA ALINE DE OLIVEIRA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 15ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "**Rejeitaram os embargos. V. U.**", de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ACHILE ALESINA (Presidente sem voto), RODOLFO PELLIZARI E CARLOS ORTIZ GOMES.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

ELÓI ESTEVÃO TROLY

Relator

Assinatura Eletrônica

15ª Câmara de Direito Privado

Embargos de Declaração Cível nº 1003310-25.2022.8.26.0002/50000

Embargante: Banco C6 Consignado S/A

Embargado: Hernanda Aline De Oliveira Dos Santos

Comarca: São Paulo

Juiz(a): Roge Naim Tenn

Voto nº 20.242.

Embargos de declaração da apelante. Recurso contra acórdão que negou provimento à apelação na parte conhecida. Omissão. Inocorrência. **Embargos rejeitados.**

Trata-se de embargos de declaração opostos pela apelante contra o acórdão de fls. 574/580.

Alega que o acórdão padece de omissão, tornando a determinação de readequação do valor do empréstimo para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) inexecutável, pois necessária a fixação dos valores e da quantidade das parcelas de pagamento, o que inclusive dependeria de cálculo do INSS para se aferir o montante consignável mensalmente (fls. 1/4).

É o relatório.

Os embargos devem ser rejeitados.

Não há omissão, pois a questão foi objeto de expresse pronunciamento pelo Acórdão embargado: *“Já a alegação de que a obrigação é impossível de ser cumprida, porque não se admitiria a conversão junto ao INSS, não foi alegada em contestação (fls. 154/183), e por isso não pode ser conhecida por este Tribunal de Justiça, por constituir inovação recursal.”* (fl. 579 do Acórdão).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ademais, se a parte autora pugnou apenas pela readequação do valor do empréstimo, de R\$ 20.215,00 para R\$ 5.000,00 (fls. 1/13), e nestes termos a tutela jurisdicional foi concedida (fl. 405 da sentença), conclui-se que os percentuais dos juros e número de parcelas do contrato foram mantidos, não havendo dificuldade para consignação junto ao órgão pagador, diante da substituição das parcelas originárias por outras de menor valor.

Ante o exposto, os embargos são rejeitados.

ELÓI ESTEVÃO TROLY
Relator